

NOVAS FORMAS DE ECONOMIA E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: AS DINÂMICAS DOS ACTORES SOCIAIS

Nuno CARVALHO

Doutor em Sociologia, ESE / Instituto Politécnico de Coimbra e CesNOVA – Centro de Estudos de Sociologia da FCSH / UNL, ncarvalho@esec.pt

Manuel LISBOA

Doutor em Sociologia, FCSH / Universidade Nova de Lisboa e CesNOVA – Centro de Estudos de Sociologia da FCSH / UNL, m.lisboa@fsh.unl.pt

Ana ROQUE

Doutoranda em Sociologia, CesNOVA – Centro de Estudos de Sociologia da FCSH / UNL, ana.roque@fsh.unl.pt

Resumo

Os principais objectivos da investigação, que deu lugar a este texto, consistiram em conhecer e analisar as características socio-económicas do Concelho de Monchique, as formas emergentes de organização económica na região, numa óptica do Desenvolvimento Sustentável, e as preocupações que os seus dirigentes sentem em relação ao futuro das suas actividades económicas.

A economia em Monchique está lentamente a transmutar-se. Assim, o principal foco deste projecto é a detecção desses sinais da viragem de uma lógica de organização económica direccionada para uma pequena escala de auto-consumo regional para uma escala mais abrangente, tanto a nível nacional como internacional, e analisar a forma como este processo se vem a desenrolar. Será que estamos perante uma lógica de mero crescimento económico ou já há indícios de modelos de sustentabilidade? Este é o ponto de partida em torno do qual o estudo se desenvolve.

Em termos de conclusões, destaca-se a constatação de nos últimos anos se ter acentuado a desertificação e o envelhecimento do Concelho de Monchique, reforçando assim a tendência para a periferização e fragilização das suas estruturas económicas e sociais.

Introdução

O presente texto, foi extraído e apresenta, em síntese, os resultados relativos ao projecto de investigação intitulado “*Novas Formas de Economia e de Desenvolvimento Sustentável: as Dinâmicas dos Actores Sociais*”, realizado no concelho de Monchique,

pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa através do SociNova (actual cesNOVA), coordenado por Manuel Lisboa¹.

O Desenvolvimento Sustentável (DS) e o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) são temas cada vez mais actuais e que suscitam uma crescente preocupação por parte de múltiplos actores sociais. Os principais objectivos desta investigação consistem em conhecer e analisar as características socio-económicas do Concelho de Monchique, as emergentes formas de organização económica na região, numa óptica do Desenvolvimento Sustentável, e as preocupações que os seus dirigentes sentem em relação ao futuro das suas actividades económicas.

Assim, este estudo pretende contribuir para um melhor conhecimento do concelho de Monchique e detectar um conjunto de indicadores que possam potenciar a implantação de modelos de Desenvolvimento Local Sustentável para o mesmo. Este projecto centra-se na análise das características dos agentes económicos, dirigentes destas “empresas”, que, num primeiro momento, podem potenciar o surgimento de programas de sustentabilidade.

Nas últimas décadas, a demografia e a economia do Concelho de Monchique têm conhecido assinaláveis mudanças. Este estudo pretende detectar sinais da viragem de uma lógica de organização económica baseada em unidades de pequena dimensão, de auto-consumo regional, para um nível mais abrangente, tanto a nível nacional como internacional, e analisar a forma como este processo se tem desenrolado. Questiona-se se estamos perante uma lógica de mero crescimento económico, ou se já há indícios de modelos de sustentabilidade. É este o ponto de partida. É em torno dele que o estudo se desenvolve.

O trabalho divide-se em cinco eixos de análise. O primeiro diz respeito a um enquadramento teórico sobre as questões do Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Local Sustentável, fornecendo o quadro conceptual sobre o qual assentou o nosso estudo. Depois, descrevem-se os principais aspectos da estratégia de investigação metodológica. O terceiro ponto centra-se numa análise do contexto local, onde se dá conta de alguns problemas que têm assolado a região da Monchique, em particular a desertificação e o desemprego. Em seguida, o estudo debruça-se sobre as

¹ Projecto desenvolvido no âmbito de uma parceria entre a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – através do SociNova –, (actual cesNova – Centro de Estudos de Sociologia da FCSH-UNL) a Câmara Municipal de Monchique e várias Associações de Desenvolvimento Local. O estudo contou ainda com o financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência e Ensino Superior.

actividades económicas recenseadas, fazendo, desde logo, a articulação com questões relacionadas com o Desenvolvimento Sustentável. Analisam-se, sobretudo, os temas que dizem respeito aos “produtos e qualidade”, à “organização comercial” e às “redes sociais e económicas”. No quinto ponto, dá-se conta de todas as questões referentes aos dirigentes das actividades: trajectórias profissionais, formação, expectativas e perspectivas futuras, bem como uma caracterização sociocultural dos mesmos.

Por fim, apresenta-se uma conclusão dos principais resultados obtidos, em tom de “desafios futuros” para o concelho.

1. Enquadramento teórico

O presente projecto, desenvolvido no concelho de Monchique, insere-se num contexto de Desenvolvimento Local Sustentável, incorporando todas as dimensões conceptuais que lhe estão associadas ao nível local, numa perspectiva de valorização dos recursos endógenos de forma perene e beneficiando todo o território, o que implica ultrapassar uma mera lógica de crescimento económico

Apresentam-se, de forma sintética, os conceitos de Desenvolvimento Sustentável (DS) e Desenvolvimento Local Sustentável (DLS)².

1.1. Desenvolvimento Sustentável (DS)

Desenvolvimento sustentável, na definição clássica do relatório Brundtland, é “aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (W.C.E.D. [1987] 1991). Esta formulação é uma resposta aos problemas e desigualdades sociais, comprometendo a satisfação das necessidades de uma parcela significativa da população mundial e uma resposta ao processo de degradação ambiental gerado pelo estilo de crescimento, que tende a limitar as oportunidades das gerações futuras. Este relatório viria a ter uma grande importância ao identificar os principais problemas ambientais que ameaçam e entram o desenvolvimento de muitos países do Sul, e propondo um compromisso entre ecologia e economia, assente no conceito de desenvolvimento sustentável³, ou seja, conciliar a intervenção tecnológica com a capacidade ecossistémica do planeta de

² Cf. LISBOA et al (2008).

³ O conceito de desenvolvimento sustentável foi apresentado inicialmente pela UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza em 1980, tendo sido posteriormente desenvolvido e divulgado pelo “relatório Brundtland” apresentado pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (W.C.E.D.) em 1987.

suportar essa intervenção. Em suma, conciliar ambiente e desenvolvimento. Curiosamente, esta oposição é representada nos meios académico e científico, por duas disciplinas com a mesma origem etimológica: economia e ecologia⁴.

Como se verifica, a implementação do desenvolvimento sustentável assentava inicialmente em duas dimensões fundamentais: o desenvolvimento económico e a protecção do ambiente. Após a cimeira social de Copenhaga, realizada em 1995, foi integrada a vertente social como terceiro pilar do conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, embora actualmente o desenvolvimento sustentável mantenha o mesmo desígnio global, a sua implementação é realizada com base em três dimensões essenciais: o desenvolvimento económico, a coesão social e a protecção do ambiente.

Às três dimensões do desenvolvimento sustentável, enunciadas, deve acrescentar-se, ainda, a vertente institucional, que chama a atenção para as questões relativas às formas de governação das instituições e dos sistemas legislativos (flexibilidade, transparência, democracia) – nos seus diversos níveis -, e para o quadro de participação dos grupos de interesse (sindicatos e associações empresariais) e da sociedade civil (ONG), considerados como parceiros essenciais na promoção dos objectivos do desenvolvimento sustentável.

1.2 Desenvolvimento Local Sustentável (DLS)

O Desenvolvimento Local (DL) está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da colectividade, articulando as potencialidades locais com as condições dadas pelo contexto.

O DL é um *processo endógeno* geralmente assente em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo económico* e a *melhoria da qualidade de vida* das populações. Representa uma singular transformação nas bases económicas e na organização social ao nível local, resultante da *mobilização das energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades e potencialidades* específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve aumentar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando os rendimentos e as formas de riqueza, ao mesmo tempo que assegura a conservação dos recursos naturais.

⁴ Os termos economia e ecologia têm origem na palavra grega Oikos, que significa casa; habitat. Ecologia, significando o “estudo da casa” e, economia o “governo da casa”. O conceito de ecologia foi introduzido por Haeckel em 1866. (Cf. Carvalho 2003)

Apesar de constituir um movimento de forte conteúdo interno, o *desenvolvimento local insere-se numa realidade mais ampla e complexa*, com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas. Dentro das condições contemporâneas de globalização e intenso processo de transformação, o desenvolvimento local representa também alguma forma de *integração económica com o contexto* regional e nacional, que gera e redefine oportunidades e ameaças, exigindo competitividade e especialização (Buarque, 1995).

Mesmo quando decisões externas – de ordem política ou económica – tenham um papel decisivo na reestruturação sócio-económica do município ou localidade, o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos actores locais em torno de um projecto colectivo. De contrário, o mais provável é que as mudanças geradas a partir do exterior não se traduzam em efectivo desenvolvimento e não sejam internalizadas na estrutura social, económica e cultural local ou municipal, de modo a desencadear um aumento das oportunidades, o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida de forma sustentável.

As experiências bem sucedidas de desenvolvimento local (endógeno) decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização, e, principalmente, de convergência importante dos actores sociais, do município ou comunidade, em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento. Representa, neste sentido, o resultado de uma vontade conjunta da sociedade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e acções capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade (Castels e Borja, 2001).

O DL enquadra-se numa perspectiva territorial integradora que procura através das diversas iniciativas valorizar e potenciar os recursos endógenos com o envolvimento e a participação de todos os agentes envolvidos no processo. Assim, o processo de DL procura melhorar as condições de vida das populações, criando acções que levem à participação e consciencialização da comunidade. Sendo a participação a base deste processo de desenvolvimento, este não poderia deixar de se centrar na comunidade, partindo das necessidades existentes tentando responder a estas através das capacidades locais, articulando-as com os recursos exógenos.

Para tal, é necessário que o processo de DL procure estimular a iniciativa, a participação, a cidadania, o *empowerment*, a democracia participativa de forma integrada como via de reflexão. Assim, para que a construção do DL possa ser coerente

é necessário renovar e fortalecer os valores da cidadania, justiça e solidariedade, construindo um futuro sustentável. É pois um processo de transformação, mudança, centrando-se na comunidade, pressupondo um trabalho em parceria e cooperação. (Amaro, 2001).

Assim, o DL deverá ser visto como um processo que procura articular os recursos endógenos e exógenos de forma sustentável com vista a atingir um desenvolvimento integrado que melhore a qualidade de vida em todos os domínios. O DL possui um papel importante na articulação entre as diversas dimensões, económica, social ambiental e institucional, com vista a uma identificação das necessidades locais e na resposta às mesmas, na mobilização e aproveitamento das capacidades locais, no estabelecimento de redes de solidariedade e de parceria e na aproximação de novas formas de democracia e do exercício da cidadania (Amaro, 1992).

O local é um elemento de transformação social, política e económica, privilegiando novas formas de solidariedade e parceria entre os actores. Trata-se pois de um meio para o exercício de novas práticas, estabelecendo redes sociais, constituindo-se assim como um espaço de articulação entre o moderno e o tradicional, gerando soluções inovadoras para os problemas a partir das sinergias locais (Becker e Miranda, 1997 cit. p/ Franco, 2000).

A palavra local não nos remete para o sinónimo de pequeno, mas para um processo pensado, planeado, induzido. Consequentemente, a referência ao desenvolvimento local remete para o processo de desenvolvimento que se dá em espaços municipais ou microrregionais, como é o caso do presente estudo.

O DL é sem dúvida um espaço de particularidades locais que podem projectar futuros alternativos, criados a partir destes contextos. Deste modo o DL é um método de promover um desenvolvimento que tem em conta todos os factores que influenciam o local, partindo das potencialidades do mesmo para atingir uma melhor qualidade de vida, um Desenvolvimento Local Sustentável (DLS). A potencialidade do local reside no facto deste assentar na diversidade, salientando a sua natureza única enquanto território potenciador de aspectos característicos e singulares (Franco, 2000).

A raiz do desenvolvimento local é caracterizada por um impulso de carácter local e endógeno, assente na mobilização voluntária, que tem por objectivo originar acções com as quais se produzem sinergias entre agentes, tendo em vista qualificar os meios de vida e assegurar o bem-estar social. (Reis, 1998)

O desenvolvimento local incorpora assim os postulados de sustentabilidade enunciados, procurando assegurar a permanência e a continuidade, no médio e longo prazos, dos avanços e melhorias na qualidade de vida, na organização económica e na conservação do meio ambiente.

Assim, o *desenvolvimento local sustentável* surge como o processo de mudança social e aumento das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o *crescimento e a eficiência económicos*, a *conservação ambiental*, a *qualidade de vida e a equidade social*, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações. Para Buarque (1995) este conceito contém três grandes conjuntos interligados e com características e papéis diferentes no processo do desenvolvimento:

a) a melhoria da qualidade de vida e a equidade social constituem *objectivos* centrais do modelo de desenvolvimento, orientação e propósito final de todo esforço de desenvolvimento no curto, médio e longo prazos.

b) a eficiência e o crescimento económicos constituem *pré-requisitos* fundamentais, sem os quais não é possível melhorar a qualidade de vida com equidade – de forma sustentável e continuada –, representando uma condição necessária, embora não suficiente, do desenvolvimento sustentável.

c) a conservação ambiental é uma *condicionante* decisiva da sustentabilidade do desenvolvimento e da manutenção no longo prazo, sem a qual não é possível assegurar qualidade de vida para as gerações futuras e equidade social de forma sustentável e contínua no tempo e no espaço.

A dimensão política, institucional, que hoje incorpora o desenvolvimento sustentável será a responsável pela articulação destes três conjuntos de princípios.

Por conseguinte, o desenvolvimento local sustentável é um processo que leva a um continuado *aumento da qualidade de vida* com base numa *economia eficiente e competitiva*, com *relativa autonomia das finanças públicas*, combinado com a *conservação dos recursos naturais e do meio ambiente*.

2. Estratégia Metodológica

A metodologia de investigação definida teve em consideração a natureza das fontes utilizadas e a especificidade dos dados. Procurou-se articular diferentes fontes e níveis de análise, para melhor captar o objecto de estudo e validar as hipóteses colocadas.

Assim, num primeiro momento e com o objectivo de contextualização, procedeu-se à recolha e análise de estatísticas oficiais.

Em seguida, aplicou-se um inquérito sociológico aos agentes económicos de novas formas de economia do concelho de Monchique.

As entrevistas em profundidade permitiram aprofundar alguma da informação revelada pelos resultados do inquérito⁵.

3. O contexto local: demografia, economia e sociedade

3.1 O concelho de Monchique a partir das estatísticas oficiais

De acordo com o Recenseamento Geral da População em 2001, a população do concelho de Monchique é de 6974 habitantes.

Verifica-se um decréscimo da população na última década, uma vez que o Recenseamento de 1991 registou 7309 habitantes.

O concelho de Monchique é composto por 3 freguesias: Monchique, Alferce e Marmelete. É a freguesia *Monchique* que reúne mais habitantes (5375), seguindo-se *Marmelete* (1087) e *Alferce* (512).

Relativamente à distribuição por sexos, verifica-se que os Homens representam cerca de 51,3% da população, enquanto as mulheres são 48,7%.

Em 2001, o grupo 0-14 representa 11% da população residente no concelho, o grupo 15-24 cerca de 10,5%, 25-64 cerca de 49,9% e com 65 ou mais anos são 28,5%.

Em relação à população residente nascida no estrangeiro, os valores são pouco expressivos. No total do Concelho, destacam-se 47 indivíduos oriundos de outros países, sobretudo de África e Países da UE (Alemanha e França).

Os níveis de escolaridade da população são muito baixos, com especial destaque para o 1º ciclo do ensino básico e sem nível de ensino, que no seu conjunto representam 61%.

Em relação às actividades económicas deste concelho, o sector Primário ocupa cerca 18,9% da população, o Secundário 22,5%, e o Terciário 58,4%.

⁵ Cf. LISBOA et al (2008).

4. Actividades económicas e desenvolvimento sustentável

Nas próximas alíneas, analisar-se-á a articulação das actividades económicas que constituíram o objecto de estudo com as questões do desenvolvimento local sustentado e sustentável. Começa-se com uma breve apresentação das actividades existentes e com algumas reflexões sobre os produtos e a sua qualidade, sobre a organização comercial e sobre as redes sócio-económicas locais.

Pretende-se, sobretudo, desmontar empiricamente as questões suscitadas no “enquadramento teórico” deste relatório, de forma a permitir uma melhor compreensão das temáticas em análise. O desenvolvimento local sustentável vive de uma articulação sistémica entre a economia local e os seus recursos naturais, de forma a possibilitar a conservação e a reprodução saudável dos mesmos. As organizações económicas locais devem, assim, promover e implementar um conjunto de medidas e práticas que fujam a um mero modelo de crescimento económico, incompatível com programas de sustentabilidade na longa duração.

Mas como? Esta é a questão essencial que se coloca ao longo deste trabalho. Os vários indicadores disponíveis, juntamente com as análises interpretativas que foi possível ir elaborando, tentam ser uma resposta, em tom de “desafios” e “políticas futuras”, à pergunta colocada. De facto, no ponto “produtos e qualidade”, procura-se perceber se há ou não uma série de práticas que visam transformar os vários *produtos da região de Monchique* em *produtos monchiquenses*. Este aparente pleonasma é, na realidade, uma das premissas centrais. Num Mundo cada vez mais globalizado, onde a interacção entre o *local* e o *global* se faz crescentemente sentir, muitas vezes até de forma involuntária, a sobrevivência de uma economia local como a de Monchique, numa lógica de sustentação sócio-económica, depende sobretudo de processos de *diferenciação* das restantes economias do mesmo tipo, mediante a construção de *identidades singulares*. Essas identidades, como iremos ver, residem essencialmente na tradição ou, para ser mais preciso, nas várias tradições (gastronomia, saberes locais, artesanato, cultura, etc.).

Por seu turno, no ponto que diz respeito à “organização comercial”, procurou-se detectar sinais da viragem de uma economia de auto-consumo local/regional para uma economia de escala nacional/internacional. Esta questão articula-se com a interacção entre local e global e com as questões das redes sociais e económicas, retomadas no ponto 4.4.

Será que em Monchique já há sinais desta viragem? Será que há dados concretos da inserção da economia de Monchique em escalas supra-regionais? E, por último, quais os contornos que essa viragem está a tomar? Será que estamos perante modelos de mero crescimento económico, equivalente, por exemplo, a um certo processo de *betonização algarvio* que temos vindo a assistir no litoral, ou será que há indicadores que remetem antes para lógicas de sustentação e sustentabilidade? Interessa-nos sobretudo traçar o esqueleto das novas formas de economia em Monchique, tendo em conta estes aspectos. Importa, em última análise, identificar tanto aquele conjunto de práticas e representações que constituem barreiras à exequibilidade de programas de desenvolvimento sustentável, como as que o podem potenciar.

Outra dimensão, igualmente importante, é a da construção de redes sociais e económicas locais e translocais. De facto, um dos grandes desafios para o concelho de Monchique (em consonância com o que acontece em vários outros pontos de país), é fazer a transacção de uma organização económica baseada no auto-consumo local/regional, para outra que assente em escalas mais abrangentes, nacionais/internacionais, mediante programas de sustentabilidade.

Por exemplo, poderá constituir uma boa prática, fazer parte de circuitos internacionais de turismo de alto nível, ou de roteiros gastronómicos transnacionais, captando um segmento de mercado específico com capacidade financeira necessária à revitalização e renovação da economia de Monchique.

Contudo, este público procura *diferença*. Procura *identidade*. Procura *história*. Procura *tradição*. Voltamos, assim, ao início da nossa questão. Só através de uma articulação entre as várias dimensões do desenvolvimento sustentável (cooperação, preocupações ambientais, entre outras.) e a procura de elementos culturalmente diferenciados é possível aplicar programas de sustentabilidade. Na nossa análise, procuraremos sinais que possam potenciar tal via.

4.1. – As actividades económicas

Questionamo-nos sobre as actividades existentes no concelho de Monchique que podem ser estudadas, como parte integrante de novas formas de economia e/ou organização económica. Pelo contacto com as associações locais e a Câmara Municipal de Monchique, recenseámos todas as que poderiam ser objecto do inquérito sociológico. Os resultados obtidos mostram que a grande maioria dos 85 inquiridos (47%) exerce actividades ligadas à agricultura, das quais se salientam o mel e o medronho. Em

segundo lugar, aparece o artesanato (27%) e, finalmente, em igualdade (13%), o ramo da alimentação (enchidos e doçaria) e do turismo. Importa referir que se trata de empresas de pequena e média dimensão e/ou de tipo familiar.

4.2 – Produtos e qualidade

Neste ponto, pretendemos analisar alguns aspectos acerca dos produtos e da sua qualidade, salientando os indicadores que mais directamente possam estar relacionados com as questões do desenvolvimento sustentado e sustentável.

A primeira tabela contém dados reveladores a esse nível. Denota-se uma grande sensibilidade em relação à qualidade final dos produtos, em detrimento dos seus preços de venda. Assim sendo, percebe-se que, de um ponto de vista mais prático, os actores económicos percebem as suas actividades como algo mais que um mero crescimento económico capitalista.

Contudo, essa percepção acaba por não se materializar. De facto, um dos factores-chaves no desenvolvimento regional deste tipo é a capitalização de um conjunto de identidades locais tradicionais em riqueza económica. Dito de outra forma, é criar as condições necessárias para que os “enchidos”, o “medronho” e o “mel” monchiquenses sejam diferentes dos seus análogos franceses, espanhóis ou, até mesmo, portugueses de uma outra região. A tradição é capitalizável economicamente, numa lógica de modernização sustentável da economia, e aquilo que se pode constatar foi falta de informação a este nível: mais de 50% dos inquiridos não torna visível a “identidade” dos seus produtos.

Exploramos aqui também as questões relacionadas com a certificação e legalização das actividades económicas. Em ambos os casos, há percentagens muito consideráveis para aquelas que não se encontram nem certificadas nem legalizadas. A questão que se nos coloca é a de saber como é possível pensar em lógicas de desenvolvimento sustentado e sustentável se as próprias actividades não estão devidamente certificadas e legalizadas.

4.2.1 - Importância atribuída ao preço, qualidade e aspecto final dos produtos

Cerca de 52,9% dos inquiridos classifica como ‘menos importante’ o preço, 43,5% afirma que é ‘importante’ e apenas 3,5% aponta como ‘mais importante’.

Em relação à qualidade dos produtos, 95,3% refere que é o ‘mais importante’, enquanto que 4,7% considera ‘importante’. Importa salientar, como fizemos na

introdução do ponto “Actividades económicas e desenvolvimento sustentável”, que o conceito de qualidade deve, muitas vezes, ir ao encontro de uma *diferenciação*, singularizando o produto mediante a construção de uma identidade própria.

Quanto ao aspecto final do produto, 51,8% dos inquiridos classifica como ‘importante’, 47,1% refere como ‘menos importante’ e apenas 1,2% afirma que é o ‘mais importante’.

Tabela 1. Importância atribuída ao preço, qualidade e aspecto final do produto

%	Mais importante	Importante	Menos importante
Preço	3,5	43,5	52,9
Qualidade	95,3	4,7	-
Aspecto final do produto	1,2	51,8	47,1

Fonte: Inquérito *Novas Formas de Economia e de Desenvolvimento Sustentável: As Dinâmicas dos Actores Sociais* (2006).

4.2.2 - Informação sobre o pendor tradicional/regional e cultural dos produtos

Observou-se que 54,1% dos inquiridos refere que, a acompanhar os produtos, não há uma informação sobre o seu pendor tradicional/regional e cultural, ao contrário de 16,5% dos indivíduos que respondeu afirmativamente. Estes dados podem apontar para uma falta de conhecimento, por parte dos actores económicos, de que a cultura local é um factor determinante na prossecução de um saudável crescimento económico ou, melhor dizendo, no despoletar de um desenvolvimento sustentado e sustentável.

4.2.3 - Legalização e certificação da actividade

No que se refere à legalização, 61,2% dos indivíduos refere que a actividade que desenvolve está actualmente legalizada, ao contrário de 38,8% que respondeu negativamente.

Quanto à certificação 61,2% dos inquiridos afirma que a sua actividade não é sujeita a algum tipo de certificação, ao contrário de 38,8% dos inquiridos que responderam afirmativamente.

4.3 – Organização comercial

Neste módulo, dedicado à caracterização da organização comercial, analisa-se sobretudo a maneira como se inserem no mercado, com especial atenção para participação em feiras locais e regionais, e o público a que se destinam. Tenta-se

perceber, se estes actores realizam ou realizaram algum tipo de pesquisas/estudos de mercado, se divulgam ou não os produtos e em que circuitos se inserem.

Também aqui, o principal foco será detectar sinais da viragem de uma lógica de organização económica direccionada para uma pequena escala de auto-consumo regional, para outra mais abrangente, tanto a nível nacional como internacional, e analisar a forma como este processo se vem a desenrolar na última década.

4.3.1 - Pesquisa no sentido de melhorar a actividade económica

Observamos que a grande maioria dos inquiridos (83,5%) afirma que não realiza algum tipo de pesquisa no sentido de melhorar a sua actividade económica e apenas 15,3% responde afirmativamente. Deste último grupo, doze inquiridos referem que através de revistas, conferências, viagens e Internet há algumas ideias a retirar no sentido de melhorar a actividade económica. Estas pesquisas são multidimensionais: podem ir desde a pesquisa no sentido de melhorar o produto em si como na perspectiva de melhorar a actividade económica em termos de inserção em circuitos de turismo, etc. (estudos de mercado).

4.3.2 - Divulgação dos produtos

Em relação a esta variável, 69,4% dos inquiridos afirma que realiza algum tipo de divulgação no que diz respeito aos seus produtos, contra 30,6% que responde negativamente.

4.3.3 - Participação em feiras

Nesta variável, 71,8% dos inquiridos afirma que participa em feiras, contra 28,2% que responde negativamente.

Quando questionados em relação ao porquê de participarem em feiras, os inquiridos apontam sobretudo para a venda/divulgação de produtos (70,6%).

4.3.4 - Tipo de feiras

Cerca de 67,2% dos inquiridos afirma que participa em feiras locais, enquanto que 11,5% participa em feiras regionais. Por outro lado, 21,3% afirma que participa em ambas.

4.3.5 - Tipo de clientes

Em relação ao tipo de clientes que procura os produtos, 48,2% dos inquiridos aponta para a população de fora do Concelho de Monchique, enquanto que apenas 10,6% referem a população local. Por outro lado, 41,2% dos inquiridos responde que ambas procuram os seus produtos.

4.3.6 - Circuito comercial

A grande maioria dos inquiridos (94%) vende directamente ao consumidor, enquanto que 4,8% recorre a intermediários e também vende directamente ao consumidor.

4.3.7 - Venda a segmentos/grupos de mercado particulares

Em relação a esta variável, observou-se que a esmagadora maioria dos inquiridos (95,3%) não procura vender os seus produtos a segmentos/grupos de mercado particulares, ao contrário de 4,7% dos inquiridos que respondeu afirmativamente.

4.4 – Redes económicas e sociais locais

Vejamos em seguida alguns indicadores sobre o nível de cooperação entre os vários dirigentes das actividades económicas, e a sua relação com outros actores sociais locais.

4.4.1 - Cooperação com outros agentes económicos

Em relação a esta variável, constatou-se que 84,7% dos inquiridos afirma que não estabelece cooperação com outros empresários. Apenas 15,3% dos indivíduos referem que estabelece cooperação.

4.4.2 - Pertence a associação/organização local

Observou-se que 83,5% dos inquiridos não pertence a associações/organizações locais, enquanto que 16,5% respondeu afirmativamente.

Entre as razões para essa ausência de associativismo destacam-se as seguintes respostas: ‘não calhou’ (N=21), ‘não têm disponibilidade’ (N=18) e ‘não pensou nisso’ (N=9).

4.4.3 - Apoios aos empresários locais

Podemos observar que a esmagadora maioria dos inquiridos (94,1%) afirma que não há apoios aos empresários locais, contra 4,7% que respondeu afirmativamente.

Cerca de 50% dos inquiridos afirma que ‘nunca teve/ouviu falar em apoios’ e 27,5% aponta para o excesso de burocracias.

4.4.4 - Apoio da Câmara

Cerca de ¼ dos inquiridos reconhece ter recebido apoios directos por parte da Câmara Municipal de Monchique. Quanto aos apoios, destacam o ‘convite para participar em feiras’ (N=8) e o ‘apoio do projecto’ (N=7). Pode-se afirmar que, por vezes, existem apoios mas os actores locais revelam alguma falta de informação, ou até um certo conformismo e falta de iniciativa.

4.5 – Actividade económica, ambiente e desenvolvimento sustentável

Centremo-nos agora em questões mais directamente relacionadas com o ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Os resultados revelam que, em simultâneo com uma acentuada preocupação com a preservação da cultura, dos saberes e da gastronomia locais, com a prevenção da poluição e com a conservação dos recursos naturais, coexiste também uma fraquíssima sensibilização para as questões ambientais e uma importância redobrada para a construção de unidades de turismo de grande dimensão.

Nesse sentido, a par da sustentação económica das actividades, serão analisados outros indicadores relativos à dimensão ambiental e de contexto sociocultural local.

Apresentam-se, então, seguidamente, alguns indicadores que permitem detectar algumas incentiváveis preocupações com sustentabilidade, bem como outros que revelam exactamente o oposto.

4.5.1 - Indicadores sobre “crescimento económico”

Estes primeiros indicadores relacionam-se directamente com questões relativas a um modelo de mero crescimento económico, em concordância com o que aconteceu em parte do Algarve litoral.

Pode observar-se que 40% dos inquiridos afirma que é ‘importante’ o crescimento da sua actividade económica, 28,2% considera ‘muito importante’, enquanto que 3,5% refere que é ‘nada importante’.

Por seu turno, 43,5% dos indivíduos afirma que é ‘pouco importante’ a construção de vias de acesso, 28,2% considera importante, 23,5% aponta como ‘nada importante’ e apenas 4,7% diz que é ‘muito importante’.

Cerca de 55,3% dos inquiridos considera ‘importante’ a construção de unidades de turismo de grandes dimensões, 22,4% afirma que é ‘pouco importante’, 16,5% refere que é ‘muito importante’ e 5,9% classifica como ‘nada importante’.

Estes indicadores permitem desde logo detectar a dificuldade em articular um discurso coerente sobre desenvolvimento, mencionada na introdução deste ponto. Se bem que a construção de grandes vias de acesso é relativamente negligenciada, permitindo adivinhar boas preocupações com sustentabilidade, a verdade é que, quase de imediato, somos confrontados com um indicador que aponta precisamente na direcção contrária: 71.8% dos inquiridos considera “importante” ou “muito importante” a construção de unidades de turismo de grandes dimensões.

Tabela 2. Indicadores sobre “crescimento económico” (%)

%	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Crescimento da actividade económica	28,2	40	28,2	3,5
Construção de grandes vias de acesso	4,7	28,2	43,5	23,5
Unidades de turismo de grandes dimensões	16,5	55,3	22,4	5,9

Fonte: Inquérito *Novas Formas de Economia e de Desenvolvimento Sustentável: As Dinâmicas dos Actores Sociais* (2006).

4.5.2 - Indicadores sobre “desenvolvimento sustentado”

Cerca de 44,7% dos inquiridos afirma que é ‘importante’ a continuação da actividade nos próximos anos, seguindo-se 31,8% que considera ‘pouco importante’, 15,3% classifica como ‘muito importante’ e 8,2% como ‘nada importante’.

Em relação à preservação da cultura local, verifica-se que 51,8% dos inquiridos defende que é ‘muito importante’, 35,3% ‘pouco importante’, 7,1% ‘importante’ e 5,9% ‘nada importante’. Estamos perante dois indicadores representativos de preocupações que se coadunam com os pressupostos do desenvolvimento sustentado. Em ambos os casos, a percentagem de inquiridos que respondeu "muito importante" e "importante" está na casa dos 60%.

Tabela 3. Indicadores sobre “desenvolvimento sustentado” (%)

%	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Continuação da actividade nos anos seguintes	15,3	44,7	31,8	8,2
Preservação da cultura/saberes/gastronomia locais	51,8	7,1	35,3	5,9

Fonte: Inquérito *Novas Formas de Economia e de Desenvolvimento Sustentável: As Dinâmicas dos Actores Sociais* (2006).

4.5.3 - Indicadores sobre “desenvolvimento sustentável”

Se, por um lado, os indicadores relativos ao desenvolvimento sustentado apontam para uma coerência discursiva, o mesmo já não se poderá dizer para o desenvolvimento sustentável. Pode observar-se que a maioria dos inquiridos (82,4%) classifica como ‘nada importante’ a preocupação com questões ambientais e apenas 8,2% considera ‘importante’ e 4,7% ‘muito importante’. Em relação à conservação dos recursos naturais, observamos que 61,2% dos inquiridos refere que é ‘muito importante’, 32,9% considera ‘importante’, 4,7% ‘nada importante’ e 1,2% ‘pouco importante’. Cerca de 57,6% dos inquiridos refere que é ‘importante’ a prevenção da poluição, 34,1% considera ‘muito importante’, 5,9% ‘pouco importante’ e 2,4% ‘nada importante’. Assim sendo, somos confrontados com discursos totalmente incoerentes: por um lado, há uma grande preocupação com a conservação dos recursos naturais e com a prevenção da poluição, e, em paralelo, 82,4% diz que as questões ambientais são de somenos importância.

Tabela 4. Indicadores sobre “desenvolvimento sustentável” (%)

%	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Conservação dos recursos naturais	61,2	32,9	1,2	4,7
Prevenção da poluição	34,1	57,6	5,9	2,4
Preocupação com questões ambientais	4,7	8,2	4,7	82,4

Fonte: Inquérito *Novas Formas de Economia e de Desenvolvimento Sustentável: As Dinâmicas dos Actores Sociais* (2006).

4.5.4 - Preocupação com o desenvolvimento sustentável

Ainda que o conceito de desenvolvimento sustentável possa ter leituras diferentes para o cientista social e para o actor social analisado, obrigando mesmo a um esforço de

tradução e explicitação do conceito de modo a obedecer a um mesmo padrão de comparação, os resultados obtidos são marcantes. A grande maioria dos inquiridos (74,1%) afirma que, na sua actividade económica, não tem preocupação com o desenvolvimento sustentável, enquanto que 16,5% respondeu afirmativamente. Por outro lado, 9,4% respondeu ‘não sabe/não responde’.

De algum modo, estes resultados evidenciam a necessidade de continuar a sensibilização e formação com vista à estruturação da actividade numa perspectiva do desenvolvimento sustentado e sustentável e não meramente de crescimento económico, que eventualmente pode ser mais viável a curto prazo, mas de consequências duvidosas no futuro mais longo. Mesmo que não se detectem preocupações explícitas com desenvolvimento sustentável, encontramos, algumas vezes, percepções de que o futuro tem de ser construir tendo em vista a longa duração. Esta percepção, quanto a nós, deve ser transformada em preocupações concretas, passíveis de serem materializadas no plano das realizações e não somente no das intenções. Ilustramos este ponto com uma passagem retirada de uma das entrevistas em profundidade. *‘(...) Potencialidades há, agora é preciso haver realmente uma utopia relativamente a essas potencialidades, qualquer coisa que nos projecte daqui a um número de anos suficiente para nós estarmos todos diariamente a conviver com casuística, portanto, e a pensar no dia de amanhã. Porque há coisas que demoram muito mais que um ano, ou dois, ou dez a fazer não é? (...)’*

5. Actividades económicas e os seus dirigentes

Nos seguintes pontos, tenta-se perceber quem são os dirigentes das actividades anteriormente analisadas. Focamo-nos em três aspectos: em primeiro lugar, numa caracterização sociocultural genérica; depois, traçam-se as diversas trajectórias de vida e a forma como os actores implementaram a actividade económica actual; por último, exploraram-se questões relacionadas com as suas expectativas e perspectivas futuras.

5.1. – Caracterização sociocultural dos indivíduos inquiridos

5.1.1 - Sexo

Podemos afirmar que os inquiridos se distribuem de forma mais ou menos equitativa pelos dois sexos, notando-se, contudo, uma percentagem ligeiramente mais elevada de mulheres (57,6%) contra 42,4% de homens. De referir que as mulheres estão sobretudo ligadas à área dos enchidos e doçaria.

5.1.2 - Nacionalidade

A esmagadora maioria dos inquiridos (94,1%) é de nacionalidade portuguesa, havendo apenas 5,9% de indivíduos de outras nacionalidades.

5.1.3 - Escalões etários

Constata-se que a maior parte dos inquiridos (42,4%) tem entre 45 e 64 anos, enquanto que 28,2% tem idades compreendidas entre 25 e 44 anos. Com a mesma percentagem (28,2%), surge o grupo de “65 e mais anos”, o que demonstra um problema de envelhecimento, ou seja, um elevado número de idosos no Concelho de Monchique. Importa também salientar que o grupo mais jovem está ligado às actividades de turismo e artesanato, ao passo que o mais velho queda-se pela agricultura.

5.1.4 - Estado civil

Relativamente ao estado civil, a maioria dos inquiridos são casados (75,3%), enquanto que 11,8% são solteiros e 5,9% viúvos.

5.1.5 - Composição do agregado familiar

O agregado familiar da maioria dos inquiridos (41,2%) é constituído por duas pessoas, sendo que 31,8% aponta para “quatro e mais pessoas” e 16,5% para três pessoas, enquanto que 9,4% residem sozinhos.

5.1.6 - Filhos economicamente dependentes

Observou-se nesta variável que 52,2% dos inquiridos afirmam ter filhos economicamente dependentes, contra 47,8% que têm um filho economicamente dependente.

5.1.7 - Despesas mensais do agregado

Em relação a esta variável, podemos afirmar que 64,7% não tem despesas mensais com renda de casa/amortização de empréstimo à habitação (sobretudo agentes ligados à agricultura). Por outro lado, 24,7% dos inquiridos tem despesas com amortização de empréstimo à habitação (maioritariamente do ramo alimentar) e 4,7% com renda da casa (sobretudo artesanato).

5.1.8 - Rendimento mensal do agregado

Mais de metade dos agregados dos inquiridos (64,7%) tem rendimentos até 500 euros. Cerca de 21,2% tem rendimentos entre 501 e 850 euros e 10,6% entre 851 e 1500 euros. Os rendimentos mais baixos correspondem aos agentes económicos ligados à agricultura, ao passo que aqueles que têm rendimentos mais elevados são os do turismo.

5.1.9 - Nível de instrução

Quanto ao nível de instrução, a maioria dos inquiridos (41,2%) frequentou o “1º ciclo do ensino básico”, sendo que 14,1% enquadram-se na categoria “2º ciclo do ensino básico” e 12,9% na categoria “ensino secundário”. Por outro lado, 11,8% afirma ter o “3º ciclo do ensino básico”. A partir destes valores, podemos afirmar que os níveis de escolaridade dos inquiridos são baixos até porque 11,8% dos indivíduos “não sabe ler/escrever”. 7% dos inquiridos tem o ensino superior. Interessa ainda registar que os agentes inquiridos que só têm o diploma correspondente ao 1º ciclo são maioritariamente da agricultura. Os agentes do artesanato detêm principalmente o grau do ensino secundário e, finalmente, os do turismo são, quase todos, licenciados.

5.1.10 – Tempos livres

A análise das respostas do inquérito relativas aos tempos livres dos inquiridos revela que 29,4% indica como principal actividade de lazer o ver televisão, 18,8% cuidar de filhos/netos/lida da casa e 10,6% ler. De referir ainda que 25,9% afirma não ter tempos livres, sendo que estes casos correspondem maioritariamente a pessoas ligadas à agricultura.

5.1.11 – Férias

De acordo com os dados recolhidos, podemos constatar que a esmagadora maioria dos inquiridos (90,6%) passou as suas férias em casa, contra 3,5% que optaram por outros destinos nacionais. Estes resultados poderão traduzir a configuração de um universo mental local – os indivíduos acabam por fechar os seus horizontes e isso poderá influenciar as suas práticas e representações sociais.

5.2. – Trajectórias profissionais e actividade económica actual

Centremo-nos agora nas trajectórias seguidas pelos actores sociais até chegarem à actividade actual. Igualmente, interessa saber qual o significado que lhe atribuem e em que medida tal corresponde às suas expectativas.

Através da análise das trajectórias, procura-se perceber as razões que levaram os actores a enveredar pela actividade económica actual, bem como as iniciativas tomadas e os principais obstáculos encontrados. Analisam-se igualmente se frequentaram alguma acção de formação e qual o seu impacto no desenvolvimento das diversas actividades. Por último, apresentam-se dados sobre o grau de satisfação (a diversos níveis) perante o exercício da actividade, e procura-se entender se esta se trata de uma mera forma de obter emprego ou, por outro lado, de um projecto de vida bem delineado.

Estas várias dimensões permitem-nos detectar, mais uma vez, um conjunto de sinais representativos de idiosincrasias individuais e colectivas que possam potenciar o “desenvolvimento” de um desenvolvimento sustentado e sustentável na região.

De facto, as actividades meramente centradas na lógica de “arranjar emprego”, como forma de obter os recursos necessários à satisfação das necessidades básicas, pode condicionar negativamente a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável.

5.2.1 - Outras actividades profissionais ou económicas

Podemos observar que a maioria dos inquiridos (78,8%) não tem mais do que uma actividade profissional. Por outro lado, 21,2% afirma ter mais do que uma actividade profissional, sendo que a principal aponta novamente para a agricultura, enquanto que na actividade secundária destacam-se os ‘trabalhadores não qualificados’ e os ‘operários, artífices e trabalhadores similares’.

5.2.2 - Outras actividades profissionais e/ou económicas no passado

Cerca de 55,3% não desenvolveu outras actividades profissionais no passado, contra 44,7% que respondeu que tinha exercido outra actividade.

Dos indivíduos que afirmaram ter outra actividade profissional no passado, destacam-se o ‘pessoal dos serviços e vendedores’ (N=10) e ‘operários, artífices e trabalhadores similares’ (N=9). A maioria dos inquiridos que afirmou ter desempenhado outras actividades profissionais no passado desenvolvia a sua actividade profissional

dentro do Concelho de Monchique (N=27), havendo ainda dez inquiridos que trabalhavam fora do Concelho e apenas um que desenvolvia a sua actividade dentro e fora do Concelho de Monchique.

5.2.3 - Razões que levaram a abandonar a actividade anterior

Os inquiridos apontam sobretudo para duas razões que levaram a abandonar a actividade anterior. Cerca de 47,4% dos inquiridos abandonou ‘por contingência – reforma, idade, saúde, para ajudar a família’ e 44,7% ‘por opção de vida’.

5.2.4 - Razões que levaram a enveredar pela actividade económica actual

Os inquiridos referem diversas razões pelas quais enveredaram pela actividade económica. As mais mencionadas são ‘porque é importante ter uma actividade’ (31%), ‘pela realização pessoal’ (26%), ‘permite-lhe retirar benefícios económicos’ (14%), ‘para seguir a tradição da família’ (7%) e ‘porque não teve outras oportunidades’ (7%).

5.2.5 - Significado da actividade actual

Em relação a este indicador, 54,1% dos inquiridos encara a sua actividade profissional como ‘uma forma de arranjar emprego’, 15,3% afirma que é ‘um projecto de vida’ e 17,6% respondeu ‘ambas’.

5.2.6 - Razões para o significado da actividade actual

Quando confrontados com esta questão, 40% dos indivíduos refere que ‘é uma forma de ter emprego e ganhar algum dinheiro’, 17,6% responde que ‘sempre gostou da área/é uma tradição da família’, 15,3% responde que ‘era a única coisa que sabia fazer’ e 14,1% afirma que ‘começou por ser um emprego mas tornou-se um projecto de vida’.

Relativamente aos indivíduos que encaram a actividade profissional como um projecto de vida, 24 afirmam que estão satisfeitos com o projecto, enquanto que 4 responderam negativamente.

5.2.7 - Iniciativas tomadas para enveredar pela actividade económica actual

Relativamente às iniciativas, 23,5% dos inquiridos começaram por ‘participar em feiras/vender na praça’, enquanto que 16,5% respondeu que ‘começou a interessar-se pela actividade’ e 15,3% ‘começou a trabalhar na agricultura para ajudar a família’. Por outro lado, 12,9% dos indivíduos ‘comprou/alugou/transformou espaço’ e com 10,6% encontramos os inquiridos que ‘seguiram a tradição da família’. Podemos constatar,

neste último caso, o peso que a família apresenta na escolha da actividade profissional. Podemos ainda acrescentar que 11,8% dos inquiridos respondeu que ‘não fez nada’.

5.2.8 - Principais dificuldades encontradas na implementação da actividade económica actual

Em relação a esta variável, podemos constatar que os inquiridos apontam, sobretudo, para as seguintes dificuldades: falta de apoios/burocracia (31,8%), ‘não se consegue vender/falta de clientes/actividade pouco rentável’ (27,1%) e ‘actividade muito cansativa/dura’ (20%). Assim sendo, sobressaem problemas ligados à comercialização e à falta de apoios. Por outro lado, 7,1% dos inquiridos refere que não encontrou dificuldades na implementação da actividade.

5.2.9 - Principais problemas que não foram ultrapassados desde o início da actividade económica actual

Relativamente aos problemas sentidos pelos inquiridos, 42,4% aponta para a ‘falta de clientes/poucos lucros/falta de dinheiro’, 23,5% afirma que ‘não há apoios/burocracia/a actividade não é reconhecida’ e 11,8% refere que a ‘actividade é muito cansativa’. Podemos concluir, de acordo com estes resultados, que os problemas estão muito centrados na viabilidade económica.

5.2.10 - Satisfação face à actividade económica actual

Observou-se que 74,1% dos inquiridos afirma que está ‘satisfeito’ em relação à acessibilidade/proximidade do local de trabalho, 20% encontra-se ‘pouco satisfeito’ e 5,9% considera que está ‘muito satisfeito’.

No que toca aos horários, cerca de 74,1% dos indivíduos afirma que está ‘satisfeito’ com os horários, 23,5% encontra-se ‘pouco satisfeito’ e 2,4% considera-se ‘muito satisfeito’.

Por outro lado, constatou-se que a grande maioria dos inquiridos (85,9%) afirma que está ‘satisfeita’ em relação à compatibilização com vida pessoal/familiar, enquanto que 14,1% dos inquiridos se considera ‘pouco satisfeito’.

Em relação às remunerações/benefícios, 56,5% dos inquiridos refere que está ‘pouco satisfeito’ em termos de remuneração/benefícios económicos, 36,5% afirma que está ‘satisfeito’ e 7,1% ‘nada satisfeito’.

Relativamente à estabilidade, cerca de 50,6% dos inquiridos afirma que está ‘satisfeito’, 47,1% refere que está ‘pouco satisfeito’ e 2,4% respondeu ‘nada satisfeito’.

Cerca de 69,4% dos indivíduos afirma que está ‘satisfeito’ com a variedade de tarefas que realiza, 20% considera-se ‘pouco satisfeito’, 5,9% encontra-se ‘muito satisfeito’ e 4,7% ‘não sabe/não responde’.

Observou-se que 48,2% dos inquiridos refere que está ‘satisfeito’ em relação à procura por parte dos clientes, 43,5% encontra-se ‘pouco satisfeito’, 4,7% respondeu que está ‘muito satisfeito’ e 3,5% ‘nada satisfeito’.

Tabela 5. Satisfação face à actividade económica (%)

%	Muito satisfeito	Satisfeito	Pouco satisfeito	Nada satisfeito	Ns/Nr
Acessibilidades/proximidade	5,9	74,1	20	-	-
Horários	2,4	74,1	23,5	-	-
Compatibilização vida pessoal/familiar	-	85,9	14,1	-	-
Remuneração/benefícios	-	36,5	56,5	7,1	-
Estabilidade	-	50,6	47,1	2,4	-
Variedade das tarefas	5,9	69,4	20	-	4,7
Procura por parte dos clientes	4,7	48,2	43,5	3,5	-

Fonte: Inquérito *Novas Formas de Economia e de Desenvolvimento Sustentável: As Dinâmicas dos Actores Sociais* (2006).

5.3. – Formação

Os resultados obtidos nos capítulos precedentes reforçam o quanto a formação profissional é da maior importância para o desenvolvimento das novas formas de economia em análise.

5.3.1 - Frequência de acções de formação

Cerca de 25,9% dos inquiridos frequentaram uma acção de formação. Ao contrário, 71,8% responderam negativamente. Apenas 2,4% dos indivíduos afirmam que frequenta uma acção de formação.

A maior parte dos inquiridos que frequentou formação profissional (N=20) fê-lo sobretudo ‘para adquirir/enriquecer conhecimentos’.

As razões mais apontadas pelos que não frequentaram acções de formação são: ‘não surgiu oportunidade’ (N=26) e ‘não têm tempo’ (N=17).

5.3.2 - Avaliação sobre impacto da acção de formação na vida profissional

Observou-se que 19 dos 22 inquiridos que frequentou/frequenta a acção de formação é de opinião que o curso pode contribuir para melhorar a sua situação profissional, enquanto 3 pensam o contrário.

5.3.3 - Avaliação das acções frequentadas

O principal aspecto positivo destacado pelos inquiridos que frequentaram/frequentam acções de formação aponta para o enriquecimento dos conhecimentos (N=10).

Por outro lado, 14 dos inquiridos que frequentam/frequentaram uma acção consideram não ter havido aspectos negativos a referenciar.

Tabela 6. Avaliação das acções frequentadas

Aspectos positivos	N
Aprende-se sempre/obtem-se mais conhecimentos	14
Foi uma perda de tempo/não se aprende nada	3
Melhoria a nível pessoal	2
Era remunerado	1
Outras razões	2
Total	22
Aspectos negativos	N
Não houve aspectos negativos	14
Curso não era remunerado	1
O curso não era interessante/mal organizado/muito teórico	4
Pessoas que frequentam cursos não manifestam interesse	2
Ns/nr	1
Total	22

Fonte: Inquérito *Novas Formas de Economia e de Desenvolvimento Sustentável: As Dinâmicas dos Actores Sociais* (2006).

5.4. – Expectativas e perspectivas de desenvolvimento futuro

Neste ponto relativo às expectativas, analisam-se as questões ligadas à realização de investimentos e às perspectivas futuras no que respeita ao desenvolvimento das várias actividades económicas. Procurou-se perceber até que ponto os actores sociais desenham estratégias pessoais sócio-económicas para o futuro, visto que a planificação das actividades é uma premissa fundamental para a prossecução de um desenvolvimento sustentado e sustentável.

5.4.1 - Realização de investimentos

A grande maioria dos inquiridos (82,4%) não realizou investimentos durante o último ano em prol da actividade económica. Apenas oito indivíduos afirmam ter investido em máquinas e equipamentos.

5.4.2 - Razões para a ausência de investimentos

As principais razões apontam para a falta de dinheiro para investimentos (34,1%), a idade avançada (15,3%). Cerca de 14,1% dos indivíduos respondeu que ‘não é necessário fazer investimentos’.

Tabela 7. razões para a ausência de investimentos (%)

	%
Falta de clientes/poucos lucros/falta de dinheiro	42,4
Actividade muito cansativa	11,8
Não há apoios/burocracia/a actividade não é reconhecida	23,5
O facto de não ter a actividade legalizada	2,4
Incêndios	9,4
Outros problemas	9,4

Fonte: Inquérito *Novas Formas de Economia e de Desenvolvimento Sustentável: As Dinâmicas dos Actores Sociais* (2006).

5.4.3 - Realização de investimentos no futuro

Observou-se que 75,3% dos inquiridos não tem intenções de realizar investimentos no que diz respeito às suas actividades, ao contrário de 24,7% que pretende realizar investimentos.

5.4.4 - Perspectivas futuras em relação ao desenvolvimento da actividade económica

Em relação a esta questão, constatou-se que 41,2% dos indivíduos apresenta uma ‘perspectiva/visão negativa’ no que respeita ao desenvolvimento da sua actividade económica. Cerca de 35,3% das respostas apontam para uma ‘perspectiva/visão neutra’ e apenas 12,9% dos inquiridos refere uma ‘perspectiva/visão positiva’. Cerca de 10,6% dos indivíduos ‘não sabe/não responde’.

5.4.5 - Evolução da actividade

Cerca de 69,4% dos inquiridos refere que não irá observar-se uma evolução positiva da actividade que pratica no Concelho de Monchique, contra 29,4% que responde afirmativamente. Esta evolução, segundo os inquiridos que responderam afirmativamente, prende-se com dois factores: o interesse das pessoas pelo artesanato (N=8) e o facto de Monchique apresentar potencialidades para atrair pessoas (N=7).

Em relação aos indivíduos que referem que não irá ocorrer uma evolução positiva da actividade, destacam-se as seguintes razões: a falta de apoios (N=13), o desaparecimento da agricultura (N=11) e o pouco interesse dos jovens em seguir a tradição (N=8).

CONCLUSÃO

Nos últimos anos acentuou-se a desertificação e o envelhecimento do Concelho de Monchique, reforçando assim a tendência para a periferização e fragilização das suas estruturas económicas e sociais. Para ocorrer um desenvolvimento local é necessário, como refere Carminda Cavaco, a «...revitalização e diversificação da economia, capaz de atrair população, de ocupar a população potencialmente activa, com êxito económico, profissional e social, de valorizar produções, de renovar as habitações e as aldeias, de assegurar melhores condições de vida ...» (Cavaco 1996:98).

«... Combinam-se frequentemente propostas de valorização de produtos agrícolas – como produções de qualidade intrínseca, natural ou pelas condições de fabrico e transformação: biológicos, caseiros, tradicionais, específicos, regionais e locais – com planos de desenvolvimento do artesanato e de actividades ligadas ao turismo e à cultura...» (Cavaco 1996:98).

Nesse sentido, pode-se, a partir do trabalho de campo e das entrevistas em profundidade, que estão a emergir iniciativas por parte de alguns actores – ligados ao agro-turismo, artesanato, doçaria, enchidos, mel, animação turística – e que procuram neste Concelho instalar as suas actividades económicas, onde tentam reunir oportunidades de bem-estar económico que sejam compatíveis com o meio circundante numa óptica de desenvolvimento sustentável.

Alguns destes actores procuram combinar as propostas de valorização dos produtos agrícolas com planos de desenvolvimento do artesanato e de actividades ligadas ao turismo e à cultura locais. Vislumbra-se uma relação mais íntima e activa da

população com os respectivos “habitats”, dando consistência à identidade necessária nos processos de desenvolvimento local – é neste sentido que se fala do paradigma do desenvolvimento sustentável.

Contudo, apesar de alguns sinais mais positivos, notam-se também dificuldades.

Em relação à estrutura etária, havendo no período compreendido entre os Recenseamentos de 1991 e 2001 um aumento da população com 65 ou mais anos e uma diminuição da população mais jovem (0-14 anos), o que revela um processo de duplo envelhecimento.

Os níveis de escolaridade da população são muito baixos, com especial destaque para o 1º ciclo do ensino básico e sem nível de ensino, que no seu conjunto representam 61%.

Em relação às actividades económicas deste Concelho, o sector Primário ocupa cerca 18,9% da população, o Secundário 22,5%, e o Terciário 58,4%.

Numa primeira leitura dos resultados do inquérito, a maioria dos inquiridos mostra uma sensibilidade em relação à qualidade final dos produtos, em detrimento dos seus preços de venda.

Contudo, essa percepção acaba por não se materializar completamente, pois um dos factores chaves no desenvolvimento regional deste tipo é a capitalização de um conjunto de produtos locais tradicionais em riqueza económica nova. Dito de outra forma, é criar as condições necessárias para que os “enchidos”, o “medronho” e o “mel” monchiquenses, sejam diferentes dos seus análogos franceses, espanhóis ou, até mesmo, portugueses de uma outra região. Ora, sendo a tradição capitalizável economicamente, numa lógica de modernização sustentável da economia, aquilo que pudemos constatar foi falta de informação a este nível (mais de 50% dos inquiridos não torna visível a “identidade” dos seus produtos).

Analisámos também as questões relacionadas com a certificação e legalização das actividades económicas. Em ambos os casos, há percentagens muito consideráveis para aquelas que não se encontram nem certificadas nem legalizadas. A questão que se coloca é a de saber como é possível pensar em lógicas de desenvolvimento sustentado e sustentável se as próprias actividades não estão devidamente certificadas e legalizadas.

Em síntese, há indicadores que revelam preocupações, ainda que superficiais, com algumas questões relacionadas com desenvolvimento sustentável, mas quase de imediato, “esbarramos” com outros que indiciam precisamente o oposto.

Quando se observa mais de perto o fenómeno, através das entrevistas em profundidade, constata-se que há um longo trabalho a realizar no sentido de mudar as mentalidades dos dirigentes das actividades económicas e dar-lhes competências novas, para que possam mudar as suas práticas.

A análise dos circuitos comerciais utilizados pelos agentes económicos do Concelho de Monchique revela que predomina a escala local. Assim, uma das medidas futuras deverá ser a articulação com um mercado mais amplo, nomeadamente numa lógica de “Globalização”.

Foram também exploradas questões relacionadas com as redes económicas e sociais. Uma das principais prerrogativas do desenvolvimento sustentável é precisamente a existência de elevada cooperação e interacção entre todos os actores. De facto, só é possível criar sustentabilidade mediante movimentos sinérgicos entre os vários actores envolvidos. A prática de uma actividade económica em rede está ainda relativamente ausente dos resultados deste estudo.

Os resultados apontam para níveis de associativismo muito baixos e preocupantes, uma vez que não há desenvolvimento sustentável se as pessoas demonstrarem isolamento – o desenvolvimento sustentável implica um trabalho em rede, ou seja, deve existir uma participação, envolvimento e co-responsabilização de todos os parceiros locais.

Igualmente, no que concerne o nível de associativismo e inserção organizada nas associações locais, notam-se algumas dificuldades. De facto, só uma minoria tem uma participação em associações/organizações locais.

No que concerne à importância da cultura local, os resultados revelam discursos e práticas contraditórias. Por um lado, o reconhecimento da importância da sua preservação, bem como a conservação dos recursos naturais e, por outro lado, uma preocupação em crescer economicamente, mesmo que à custa de grandes unidades hoteleiras de turismo de massas.

As contradições dos valores obtidos com vários indicadores de desenvolvimento sustentável, bem como a falta de informação revelada nos discursos dos entrevistados, é um sinal da falha no desenvolvimento de uma “cultura para o desenvolvimento sustentável”, que requer intervenção holística e continuada no futuro próximo.

O peso reduzido das camadas jovens entre os agentes inquiridos pode igualmente constituir um entrave ao dinamismo necessário à sustentação das novas formas de economia no futuro.

Os dados revelam que para a maioria dos inquiridos a sua actividade económica é uma forma de “arranjar emprego”. As suas práticas são condicionadas no sentido da obtenção, em primeiro lugar, de recursos económicos para satisfazer as necessidades básicas. Deste modo, há uma “concentração” no “tempo imediato” e uma menor atenção com o que pode ocorrer a médio ou longo prazo. Assim, as preocupações com o desenvolvimento sustentado a médio prazo, ou estão ausentes, ou circunscrevem-se à estabilidade pretendida para o emprego.

Do ponto de vista económico, há um limiar mínimo, que parece não ter sido ultrapassado e, ao sê-lo, pode constituir um obstáculo ao desenvolvimento sustentável. Como hipótese, significa isto que para que os actores sociais possam encarar estratégias e práticas de desenvolvimentos sustentável, é necessário que não estejam quotidianamente preocupados com a sobrevivência económica. Tal requer, por exemplo, programas integrados de apoio económico nesse sentido.

Os resultados mostram que há ainda um trabalho longo a fazer, no domínio da formação profissional. Tanto no que concerne ao desenvolvimento de uma nova mentalidade e práticas consentâneas com uma lógica de empresarialidade e inovação, como em relação à aquisição de competências específicas no âmbito das suas actividades.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, Rogério Roque (1998). “O Desenvolvimento Local em Portugal: as lições do passado e as exigências do futuro”, in *A rede – Dez Anos de Desenvolvimento Local em Portugal*.

AMARO, Rogério Roque (2005). “Toda a Economia deveria ser solidária”, in *Pessoas e Lugares*, nº31, pp. 4-5.

AMARO, Rogério, R. (2001). “O conceito de Desenvolvimento Local no quadro da revisão do conceito de Desenvolvimento”, in AAVV, *Desenvolver (des)envolvendo – reflexões e pistas para o D L*, Messejana, ESDIME.

BUARQUE, Sérgio (1995). *Metodologia de planeamento do Desenvolvimento Sustentável*, Recife, IICA.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONCHIQUE (s/d). *Diagnóstico social do concelho de Monchique*, Rede Social do Concelho de Monchique.

CARVALHO, Nuno (2003). *A construção do ambiente como problema social em Portugal: anos 70 – anos 90*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, FCSH-UNL.

CASTELS, Manuel; e BORJA, Jordi (2001). *Local y global – La gestión de las ciudades en la era de la información*, Madrid, Taurus, 6ª ed.

CAVACO, Carminda (1996). “Turismo Rural e Desenvolvimento Local”, in *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*, S. Paulo, Editora Hucitec.

CHAVES, Maria C. (1994). “A dimensão ecológica do desenvolvimento – elementos de reflexão sobre o conceito de ecodesenvolvimento”, in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº14.

COELHO, Franklin (2001). “Economia solidária”, in *Revista Teoria e Debate*, 48, Fundação Perseu Abramo.

COMISSÃO MUNDIAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO (W.C.E.D.) [1987] – (1991), *O nosso futuro comum*, Lisboa, Meribérica/Liber.

COVAS, António (1999). *As amenidades rurais: um contributo para o desenvolvimento de zonas desfavorecidas*, Lisboa, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural.

COVAS, António (1997). *Desenvolvimento rural: novas realidades e perspectivas*; Lisboa, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural.

COVAS, António (2004). *Política agrícola e desenvolvimento rural: temas e problemas*, Lisboa, Colibri.

FRANCO, Augusto (2000). *Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável*, Brasília, Instituto de Política.

GONÇALVES, Alexandra (2005). “Turismo cultural, um complemento ao sol e praia”, in *Revista Turismo e Desenvolvimento*, vol. II, nº2.

GUERRA, Isabel (1996). “Economia global e alternativas locais – metrópoles e micrópoles”, in *Sociedade e Território*, nº23, Porto.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1991). *Censos 1991 – XIII Recenseamento Geral da População*. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2001). *Censos 2001 – XIV Recenseamento Geral da População*. Lisboa.

JARA, Carlos (2000). “Planeamento participativo para o desenvolvimento sustentável da sociedade local”, in *Pessoas e Lugares*, nº 7.

JARA, Carlos (2001). “Desenvolvimento local sustentável”, in *Pessoas e Lugares*, nº 18/19.

JORGE, Maria Rosário (1996). *Dinâmicas da agricultura portuguesa – agricultores e explorações em contextos periféricos*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Aprofundada e Realidade Portuguesa.

LISBOA, Manuel (2002). *A indústria portuguesa e os seus dirigentes: crescimento na segunda metade do século XX e potencial de inovação das funções capitalista, empresarial e de gestão*, Lisboa, Educa.

LISBOA, Manuel et al (2008). *Novas Formas de Economia e de Desenvolvimento Sustentável: As Dinâmicas dos Actores Sociais – Análise aos Dados do Inquérito Sociológico, aos Agentes Económicos e das entrevistas em Profundidade*. Relatório final apresentado à FCT, Lisboa, FCSH-SOCINOVA.

MELO, Alberto (1995). “O Desenvolvimento Local num contexto de economia mundializada”, in *Conferência Europeia: Desenvolvimento Local e Coesão Social e Económica na UE*, Serpa, Ideia-Alentejo.

MELO, Alberto (1997). “Pensar no global para agir no local: contributos para uma conceptualização e uma história das associações de Desenvolvimento Local em Portugal”, in *Revista de Administração Local*, nº16, CEDREL, Lisboa.

MELO, Alberto (2000). “Políticas e estratégias culturais para o Desenvolvimento Local”, in *Fórum*, nº21, Conselho Cultural da Universidade do Minho, Braga.

MERGULHÃO, Luís, F. e RITA, José, J. P. (1997). “Desenvolvimento Local em meio rural: que possibilidades”, in *Economia e Sociologia*, Évora, nº63, pp.31-42.

MORIN, Edgar, [1973] (s/d). *O paradigma perdido, a natureza humana*. Lisboa, Publicações Europa-América/Bibl. Universitária, 3a ed.

MOTA, Isabel et al (2005). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – 2005-2015*, Lisboa, Pandora.

ODUM, Howard (1980). *Ambiente, energía y sociedad*, Barcelona, Blume.

OLIVEIRA, Gilson (2003). “Elementos endógenos do Desenvolvimento Regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de Desenvolvimento Sustentável” in *Revista da FAE*, v. 6, nº 2, pp. 29-37.

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (1993). “A integração da componente ambiental no processo de planeamento” in *Sociedade e Território*, nº 18, Porto, Afrontamento, pp. 8-12.

REIS, José (1988). “Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais”, in *Revista Crítica das Ciências Sociais*, nº 25/26, p. 127-141.

REIS, José (1998). “Uma nova política pública: o Desenvolvimento Local”, in *A Rede*.

SACHIS, Ignacy (1986). *Ecodesenvolvimento – crescer sem destruir*, S. Paulo, Edições Vértice.

SACHIS, Ignacy (1990). “Recursos, emprego e financiamento do desenvolvimento: produzir sem destruir”, in *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 10, no 1. Janeiro/Março.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2002). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

SOBRAL, José Manuel (1999). *Trajectos: o presente e o passado na vida de uma freguesia da Beira*, Lisboa, ICS.